

CRISE PRESIDENCIAL EM HONDURAS: Golpe Contra Manuel Zelaya.

Yasmin Castilho Torres do Amaral Jorge e Alessandro Soares

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade elaborar um estudo de revisão bibliográfica acerca do golpe de Estado sofrido pelo presidente de Honduras, Manuel Zelaya, no ano de 2009, relatando e analisando não apenas o golpe em sua pura existência, como também, todo o contexto histórico e comportamental que culminou na crise presidencial e, consequentemente, em um golpe de Estado. Como referencial teórico, apresenta-se a leitura acerca do histórico da formação política e social-econômica de Honduras em três momentos diferentes: anteriormente ao golpe, durante o golpe e pós golpe, visando explicitar alguns dos fatores os quais motivaram tal ato antidemocrático. Além disso, foi realizada análise acerca das influências sofridas na região, principalmente, das influências neoliberalistas. Sendo assim, a opção desta temática se deu em virtude da necessidade de compreensão do porquê o golpe aconteceu e se há uma maior propensão comportamental a qual ameaça o Estado Democrático de Direito que culminou no golpe sofrido por Manuel Zelaya. Por fim, buscou-se compreender as consequências geradas pelo desrespeito e afronte à democracia, não só em Honduras, mas na América como um todo, observando os pontos os quais se assemelham em diferentes golpes, de diferentes países, de modo que, uma vez que possível encontrar um padrão, seja também possível evitá-lo.

Palavras-chave: Golpe de Estado; Estado Democrático de Direito; Honduras.

ABSTRACT

The purpose of this research is to carry out a bibliographical review of the coup d'état suffered by Honduran President Manuel Zelaya in 2009, reporting and analyzing not only the coup in its pure existence, but also the entire historical and behavioral context that culminated in the presidential crisis and, consequently, in a coup d'état. As a theoretical reference, the history of the political and social-economic formation of Honduras in three different moments is presented: before the coup, during the coup and after the coup, in order to explain some of the factors that motivated this anti-democratic act. In addition, an analysis was made of the influences suffered in the region, especially neoliberalist influences. Therefore, this topic was chosen because of the need to understand why the coup took place and whether there is a greater propensity for behavior that threatens the democratic rule of law, which culminated in

the coup suffered by Manuel Zelaya. Finally, we sought to understand the consequences generated by the disrespect and affront to democracy, not only in Honduras, but in America as a whole, observing the points that are similar in different coups in different countries, so that, once it is possible to find a pattern, it will also be possible to avoid it.

Keywords: coup d'état; Democratic rule of law; Honduras.



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar, em primeiro momento, o contexto histórico vivenciado pela população hondurenha no momento que se antecedeu ao golpe, ou seja, qual era o modelo de governo que comandava o país até a eleição de Manuel Zelaya; como ocorreu a eleição de Zelaya; qual era a situação econômica e social do país e qual era a política adotada pelo presidente eleito.

O principal objetivo deste primeiro momento será compreender a dinâmica de Honduras e quais os fatores culminaram a um Golpe de Estado. Não obstante, neste momento serão apontadas as principais diferenças e semelhanças com outros países da América Latina.

No momento seguinte, buscou-se compreender e expor como ocorreu a destituição do então presidente e quais foram as consequências políticas e socioeconômicas em Honduras, bem como, qual impacto gerou-se na América Latina como um todo, buscando responder o questionamento de porquê tantos presidentes na América Latina são destituídos de seus poderes. Por fim, o artigo busca assimilar a dinâmica pós-golpe e como o país se reorganizou em um Estado Neoliberal após sofrer um Golpe de Estado.

Ademais, conforme entendimento do historiador Demetrio Boersner, o método histórico “contribui para explicar a situação do presente e abre perspectivas para o futuro” (1996, p.15), tendo isto em vista, faz-se necessária a análise histórica acerca de um passado culminante em golpe e um presente Estado Democrático de Direito.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DE HONDURAS

Honduras está localizada na América Central, com uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes e cerca de 112 km² de extensão territorial e, assim como demais países latino-americanos, possui uma economia agroexportadora, mas com dependência econômica e tecnológica a outros países mais desenvolvidos, como por exemplo, os Estados Unidos. Além disso, uma característica marcante e compartilhada com os demais países é a incessante desigualdade social sofrida por grande parte da população.

Apesar de possuir uma posição geográfica que protege contra desastres naturais como terremotos e erupções vulcânicas e que possui diversidade de bens naturais, tal característica faz com que o país seja um ponto estratégico para projetos imperiais, como o projeto do Reino Unido no século XIX e dos Estados Unidos no século XX, os quais tentaram



utilizar o território de Honduras para exploração de recursos naturais e como base de treinamento militar, buscando impedir processos revolucionários em países vizinhos.

Para compreensão da dinâmica socioeconômica de Honduras anteriormente ao Golpe de Estado, faz-se necessário ressaltar que o país adentrou ao mercado mundial através da exportação de banana, fator o qual foi um diferencial para o país, tendo em vista que os países vizinhos focavam na produção de café.

A diferença nos produtos exportados gerou, conseqüentemente, uma configuração de classes diferente para Honduras, uma vez que seus vizinhos produziam uma elite oligárquica vinculada ao Estado através dos monopólios cafeeiros. Segundo o historiador hondurenho Dario Euraque (1997), o cultivo de banana em Honduras se deu em terras pouco povoadas, contando com poucos trabalhadores nas terras. Entretanto, a partir de 1950, com o surgimento de uma nova burguesia agrária, a qual era principalmente produtora de algodão e açúcar, fator o qual ocasionou na grande escassez de terras e grande volume de camponeses sem terra, os quais eram disputados por forças políticas interessadas em influenciar em sua organização. Dessa forma, de acordo com Euraque, deve-se compreender a reforma agrária sofrida no país em 1962 e 1972 dentro do contexto de um grande esforço de minar ou até mesmo diluir os comunistas de uma aproximação e organização dos camponeses.

Não obstante, Euraque afirma que enquanto países com El Salvador, Guatemala e Nicarágua a massa de camponeses espoliada pelo capital imperial formou movimentos revolucionários, em Honduras, a militância agrária foi direcionada à um projeto reformista patrocinado pelo Estado. Tal configuração entre a elite e os trabalhadores foi permeada por diversos conflitos civis e militares, proporcionando um revezamento de poder entre dois grupos partidários, o Partido Liberal de Honduras (PLH) e o Partido Nacional de Honduras (PNH). Ademais, as oligarquias hondurensas eram chamadas de ausentes por diversos estudiosos estrangeiros e hondurensos; como o próprio autor cita a argumentação de Edelberto Torres Rivas, segundo o qual, o capital estrangeiro monopolizou a indústria bananeira, de maneira que, as elites agrárias hondurensas não garantiram um controle mínimo sobre o cultivo, processamento e exportação do único produto que assegurava divisas no mercado mundial, diferentemente do que se via nas oligarquias vizinhas.

Por conseguinte, Honduras esteve sob domínio da Espanha, através da empreitada colonial entre os séculos XVI e XIX, período o qual, a população hondurenha detinha três fontes de riqueza: o tabaco, a prata e o gado. Dentre tais fontes, o tabaco foi o carro chefe para o financiamento do Estado colonial centro americano. Entretanto, os efeitos econômicos gerados pelo colonialismo, em conjunto com a desigualdade entre autoridades e dependência



que impediam o desenvolvimento interno, alinhado a influência da ideologia liberalista presente em todo Mundo, culminou ao processo de independência de Honduras.

Com o processo de independência, conforme Boersner (1996), a Inglaterra se tornou a potência hegemônica na região, obtendo vantagens comerciais e grande influência em decisões políticas. Em contrapartida, os Estados Unidos arquitetavam uma escalada hegemônica, fator o qual gerou grande conflito entre as duas potências e observando uma possível ameaça de recolonização pelas potências da chamada Santa Aliança, formada por Rússia, Prússia e Áustria, os EUA emitiram uma declaração unilateral em defesa do continente, a chamada Doutrina Monroe.

Com o passar dos anos, os Estados Unidos conseguiram aumentar significativamente sua influência sob Honduras, com uma proposta de integração multilateral. A crescente intervenção e dominação do imperialismo estadunidense foi acompanhada da proposta de duas doutrinas: A Política do Garrote de Theodore Roosevelt de 1901 a 1909, e a Diplomacia do Dólar de William Howard Taft de 1909 a 1913.

No ano de 1909, ocorreu a primeira intervenção militar dos Estados Unidos em Honduras, comprovando mais ainda sua influência e domínio através do capitalismo. Nesta intervenção, o governo estadunidense obrigou a governança hondurenha a transferir a dívida que o país tinha com a Inglaterra para um grupo financeiro privado do país norte-americano, justificando-se na Doutrina Monroe.

O capital estrangeiro dominou e monopolizou a indústria bananeira, não deixando espaço para que as elites agrárias hondurenhas assegurassem qualquer controle sobre o cultivo, processamento e exportação. Sendo assim, a elite política governamental de Honduras se deu, ao contrário de seus países vizinhos, em contrapartida com uma oligarquia detentora de monopólio e recursos econômicos, mas como resultado de diversas lutas civis e militares.

Tais características apresentadas demonstram que Honduras, desde sua independência, se consolidou como um território conflitivo, em que governanças estrangeiras estiveram atreladas ao capital agroexportador, não possuindo força própria ou autonomia.

Ademais, ressalta-se que o golpe em questão no presente trabalho não foi o único golpe sofrido por Honduras. Em 1956, o país sofreu com um golpe militar que contava com a participação de empresário envolvidos no CNE (Conselho Nacional Eleitoral) que foram incorporados no governo posteriormente, o que contribuiu com a influência de uma elite tecnocrática (EURAQUE, 1997), fortalecendo comerciantes e indústrias da região.



Após arquitetarem e executarem o golpe militar, os líderes militares convocaram novas eleições e Villeda Morales, designado como embaixador de Honduras nos EUA, foi eleito na Assembleia Constituinte de 1957, após selar um acordo com os militares permitindo autonomia constitucional ao exército em troca do apoio do membro da junta militar governante, coronel Lopez Arellano, à sua eleição.

Em 1963, Honduras sofreu um novo golpe militar, liderado justamente pelo coronel Lopez Arellano que havia apoiado a eleição de Villeda. Após tal golpe, os militares assumiram e mantiveram o monopólio do poder direto e indireto sobre Honduras por 34 anos, implantando a doutrina anticomunista pelos EUA.

É de extrema importância ressaltar que o contexto histórico era de um crescente quadro de conflitos desencadeados por um sentimento de anti-imperialismo e reformista no centro-sul. Devida à queda do ditador Fulgencio Batista em Cuba, ocorre uma grande polarização e concretização da Guerra Fria, fator o qual fez com que os Estados Unidos evidenciassem sua política de segurança para o continente, incentivando o movimento anticomunista.

Em um contexto de polarização da Guerra Fria, anulou-se todas as possibilidades de uma aliança firmada entre o liberalismo de Villeda Morales e a esquerda. Entretanto, apesar de negar uma aproximação para com a classe operária, Morales arquitetava a elaboração de uma Lei de Reforma Agrária. Fator o qual, demonstrou a tentativa de manter uma independência acerca dos EUA, buscando liberar Honduras dos domínios estrangeiros, contudo, Villeda foi derrotado em 1963 sob a prerrogativa de luta contra o comunismo.

Por conseguinte, o país foi assolado com a grande crise a partir dos anos 1970, período no qual, de acordo com o cientista social hondurenho Marvin Barahona (2005), foi apresentado o chamado “Plan de Acción Inmediata” (Plano de Ação Imediata) pelo empresário Miguel Facussé. O principal objetivo deste plano de ação era vender o país entre os investidores estrangeiros, buscando a obtenção de recursos que pudessem reativar a economia.

Todavia, as políticas apresentadas pelo empresário culminaram no agravamento da crise, aumentando o desemprego e a dívida externa, fazendo com que Honduras entrasse em moratória com diversas instituições financeiras internacionais, países credores e diversas empresas multinacionais (BARAHONA, 2005, p.267).

2.1. REDEMOCRATIZAÇÃO DE HONDURAS



Conforme explica o sociólogo Guilherme Chocano, ressalta-se que, aliado aos fatores socioeconômicos, a redemocratização de Honduras se deu dentro de um contexto complicado e conflituoso entre os países vizinhos e de intervenção dos Estados Unidos, principalmente no que se diz a questão militar. O sociólogo afirma:

(...) lo que les permitió (los militares) mantener una fuerte cuota de poder y de prebendas, en lo que se ha llamado rasgos distintivos de una “democracia tutelada”, reforzada por la ayuda militar norteamericana, la base de Palmerola y los campamentos de entrenamiento de tropas de Honduras y de los países vecinos involucrados en el conflicto. (2012, p. 37-38)

Já de acordo com o historiador hondurenho, Ramón Romero, a transição democrática em Honduras é caracterizada por três etapas. A primeira etapa trata-se de uma leva de governos “de fachada”, nos quais, segundo o autor, os militares ainda detinham o real poder. Neste momento, a transição democrática foi condicionada a interesses externos, caracterizado por forças oligárquicas e militares promovendo a mudança de regime. A união das forças oligárquicas e militares resultou em uma sociedade em que não foram vistos atores sociais envolvidos no processo de democratização.

Além disso, as empresas bananeiras, no início do século XX passaram a ser de capital norte-americano e se estabeleceram em Honduras com todo amparo do Estado, que promoveu concessões de terras, águas, além de isenção de impostos e outros benefícios. Em contrapartida, tais empresas bananeiras manipulavam partidos autoritários e seus líderes, financiando suas ações armadas com outras facções, para que, como explica Ramón Romero, dessa forma, os governos que ampliassem os benefícios fossem constituídos (ROMERO, 2014, p. 10). O poder dado as empresas bananeiras, fez com que se tornassem uma peça fundamental do jogo político de Honduras, com o poder de decidir os rumos do país.

Já a segunda etapa, foi caracterizada pela substituição da construção de um Estado desenvolvimentista pela política neoliberal, na década de 90. Esta etapa, deu-se a partir dos Acordos de Paz os quais conseguiram cessar os conflitos centro-americanos que envolviam Honduras. Além disso, foi influenciada pelas diretrizes do Consenso de Washington, o qual incluiu um pacote de ajustes fiscais que foi capaz de impactar as camadas mais pobres do país.



Neste segundo momento, Honduras não mais teve seu modelo econômico baseado na exportação de banana, mas sim na indústria têxtil e na confecção de roupas para exportação, chamadas de maquilas. Além disso, conforme afirma Barahona (2005), há um aumento da concentração de riqueza e consequentemente, um aumento do desemprego, da inflação e de dívidas externas. Não obstante, é importante ressaltar que, a indústria maquiladora (confecção de roupas), inaugurou uma nova etapa na divisão internacional do trabalho, na qual Honduras se tornou um grande exportador de produtos têxteis mundialmente.

Apesar da importante mudança no modelo exportador do país, pode-se afirmar que o fato mais importante desta segunda etapa é a perda de influência dos militares que até então ainda obtinham o poder sob Honduras, ainda que de forma mascarada. Com essa perda de poder, houve a maior abertura política e avanço do neoliberalismo.

A terceira etapa é caracterizada pela eleição de Manuel Zelaya, no ano de 2006, marcada pelo cenário de uma sociedade militarizada, a qual sofria os efeitos de uma crise social econômica, vivenciando o aumento da desigualdade social.

2.2 ELEIÇÃO E GOVERNO DE MANUEL ZELAYA

Manuel Zelaya, vinculado a um partido conservador, foi eleito de forma democrática pelo voto popular da população de Honduras, no ano de 2005. O então presidente do país, possuía uma característica de governo nacionalista, ou seja, seu modelo de governo valorizava a preservação da nação, bem como a defesa de território e fronteiras e a conservação dos costumes e manifestações sociais típicas de tal população.

O então eleito presidente, pertencia a uma das famílias que controlaram o poder econômico e político de Honduras há décadas. Zelaya se tornou presidente, mesmo com a desconfiança da população de uma possível fraude eleitoral e, tomou a frente do governo de um dos países mais pobres da América Latina que se encontrava em um cenário de grande desigualdade social.

As expectativas para seu governo eram grandes, contudo, o presidente teve que enfrentar diversas dificuldades devida à situação econômica social do país no momento em que assume o poder. Para tanto, Manuel Zelaya aplicou diferentes estratégias, tradicionais e novas. Vide exemplo, resalta-se a aproximação com a Venezuela, com o intuito de se beneficiar da associação com a Petro Caribe, visando o recebimento do petróleo por baixo custo e buscando enfrentar o monopólio energético detido anteriormente pelas transnacionais



estadunidenses e europeias. Além disso, o presidente ingressou na Aliança Bolivariana das Américas e buscou suporte do Brasil para criação de projetos energéticos em Honduras.

Tais fatores exemplificados, foram fundamentais para transformação de um presidente originalmente conservador, em um dissidente das elites tradicionais, as quais observaram incomodamente a mudança na correlação de forças no país. Dessa forma, Zelaya foi acusado pelas elites por levar Honduras à um sentido político de esquerda, ou seja, o presidente realizou o inesperado policy switch (giro político) após assumir o poder (CUNHA FILHO; COELHO; PÉREZ FLORES, 2013).

De acordo com Suzan Stokes, a democracia baseada na teoria da escolha racional, tem como ponto de partida a percepção de que as ações coletivas e seus resultados devem ser compreendidos a partir das escolhas que os indivíduos fazem em uma determinada oportunidade, isto é, de restrições e oportunidades institucionais capazes de alterar o comportamento político. Em alguns casos, os políticos apresentam uma plataforma política durante a campanha eleitoral e, após eleito, adota uma política de sentido ideológico contrário.

Tal prática, é conhecida como policy switch, em que há uma troca da plataforma eleitoral por outras iniciativas, as quais eram desconhecidas pelos eleitores e são evidenciadas após a vitória eleitoral. Sendo assim, o candidato assume o compromisso de adotar políticas de bem-estar social e, após eleito, adota uma postura rígida por meio de políticas de eficiência, normalmente impulsionadas pela conjuntura econômica (STOKES, 1999).

Cumprir destacar que policy switch não engloba, apenas, o descumprimento de promessas de campanha ou a possível falta de responsividade com as instituições, mas sim, abrange um objeto maior, a troca de plataforma política concentrada em políticas de bem-estar social por políticas rígidas, fazendo com que ocorra uma mudança de identidade ideológica do próprio governo, podendo ocorrer nas esferas municipal, estadual ou federal.

De acordo com Michelle Taylor-Robson, a maior controvérsia do governo de Manuel Zelaya foi a iniciativa de união à Aliança Bolivariana das Américas, com o objetivo de adquirir fundos para programas de desenvolvimento. Tal fator fez com que inúmeros grupos se manifestassem contrários a decisão, dentre eles, o Partido Nacional, setores do partido do próprio presidente, o Partido Liberal e principalmente os grupos empresariais que o qualificaram como um inimigo do setor privado. Dentre os partidos políticos e as grandes empresas, apenas o Partido Unificación Democrática (PUD), foi a favor da proposta. A partir deste momento, Zelaya passou a sofrer com uma forte oposição parlamentar, inclusive dentro de seu próprio partido (TAYLOR-ROBINSON, 2009).



Neste viés, nota-se que o giro político à esquerda (policy switch) tornou o clima do país tenso. Diversos meios de comunicação hegemônicos passaram a insinuar e mencionar uma suposta influência de Chávez no governo de Manuel Zelaya. De acordo com grande parte dos estudiosos hondurenhos e estrangeiros, a crise em Honduras chegou ao seu ponto culminante ao golpe devido ao impasse acerca da reforma constitucional e da criação de uma quarta urna, proposta pelo então presidente.

Ocorre que, Manuel Zelaya havia decidido convocar um referendo consultivo e não-vinculante, com a intenção de verificar o apoio da população à sua intenção de convocar uma Assembleia Constituinte, através da criação de uma quarta urna, que seria colocada ao lado das urnas tradicionais para que os eleitores opinassem sobre um conjunto de problemas que transcendiam o tema específico da reeleição. Apesar de tal ato ser o maior exemplo de democracia, a oposição de Manuel Zelaya entendeu como o contrário, acusando o mesmo de tentar mudar a Constituição, uma vez que não havia previsão legal para a propositura de uma quarta urna.

De acordo com a oposição, Zelaya estava tentando mudar a Constituição, diversos setores do Partido Liberal e do Partido Nacional acusaram o presidente de bolivarianismo, entre outras palavras, de planejar que perpetuasse no poder e de atentar contra a ordem democrática.

Contudo, cabe destacar que o fato da consulta à população através de uma quarta urna estar prevista para ser realizada no mesmo dia da eleição presidencial, e de não possuir um caráter vinculante, eliminava o risco de continuísmo, o qual foi alegado pela oposição.

Indignados, membros do Congresso e o Poder Judiciário utilizaram de diversas possibilidades para impedir a criação de uma quarta urna, até que, alguns meses depois da proposta, o parlamento, utilizando-se de uma medida preventiva, aprovou uma Lei que proíbe referendos 180 dias antes ou depois das eleições.

No dia 25 de junho de 2009, os deputados abriram uma investigação acerca da conduta presidencial de Manuel Zelaya, fator o qual daria início ao processo de destituição. Entretanto, a previsão constitucional de Honduras que estipulava a possibilidade de um *juicio político* havia sido extinguida no ano de 2002.

Ressalta-se o conceito de *juicio político*, o qual trata-se de um procedimento de ordem constitucional realizado pelas Câmaras do Congresso, sendo que, a Câmara de Deputados atua como órgão de acusação e a Câmara dos Senadores atua como órgão sentenciador, quando os atos ou omissões dos servidores públicos designados pelo artigo 110 da Constituição Federal de Honduras, ou seja, os Ministros da Corte Suprema de Justiça; o



Procurador Geral da República; o Procurador Geral Adjunto; o Diretor do Instituto Nacional de Estatística; Diretor do Banco Central de Honduras e Diretores de Instituições Autônomas, resultam em lesão aos interesses públicos fundamentais em razão de graves violações à Constituição, às Leis Federais que dela emanam, bem como à má gestão de verbas e recursos federais.

A Constituição previa apenas que a Corte Suprema intermediaria conflitos institucionais entre o Congresso e a Presidência. Sendo assim, não havia nenhuma Lei que pudesse justificar ou embasar a destituição do presidente Manuel Zelaya, o que não impediu que ainda sim fizessem.

2.3. O GOLPE DE ESTADO SOFRIDO POR MANUEL ZELAYA

Na madrugada do dia 28 de junho de 2009, as Forças Armadas de Honduras, por solicitação da Corte Suprema, retiraram o presidente Manuel Zelaya de sua casa, ainda de pijama, e o enviaram para o exílio na Costa Rica, sem nenhum direito de defesa, conforme afirma o professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Guilherme Simões Reis, em sua obra “O Fim da Era das Democracias na América”, publicada no ano de 2017.

Na mesma data, o parlamento, com um total de 128 membros, aprovou com 122 votos, uma renúncia que sempre foi negada por Manuel Zelaya. Sendo assim, Roberto Micheletti foi nomeado como presidente do Congresso, posteriormente sucessor do presidente eleito até o ano de 2010. Dentre os votos recebidos para destituição do presidente, estavam tanto votos do partido da oposição (Partido Nacional), como a totalidade do Partido Liberal, que até então, era o partido de Zelaya.

De acordo com Llanos e Marsteintredet (2010; p.157), a destituição de Manuel Zelaya da presidência de Honduras pode ser caracterizada com um Golpe de Estado em meio a um processo eleitoral em curso e não interrompido. Segundo os autores, o caso em questão se destaca por ter como principal causa o conflito entre as instituições e as elites do país, além da intervenção militar como papel de um poder moderador através de um “convite” das instituições civis, uma vez que, não houve mobilização popular antecedente ao golpe e por fim, pela irrupção de uma crise internacional e de protestos que tomaram conta do país apenas após a queda do presidente.

Já de acordo com Cálix (2010; p.34), o Golpe de Estado em Honduras desnudou a fragilidade democrática que estava oculta após aproximadamente três décadas ininterruptas de eleições, além de demonstrar as dificuldades de consolidação institucional de um país golpeado pela desigualdade e pela pobreza.



Conforme afirma Llanos e Marteintredet (2010; p.180), o golpe contra Manuel Zelaya constituiu a primeira iniciativa a obter êxito desde o autogolpe de Fujimori no Peru no ano de 1992. Entretanto, ao analisar outros golpes sofridos na América Latina, pode-se notar que a queda de Mahuad no Equador em 2000 e o golpe impetrado contra Hugo Chávez em 2002, também podem ser considerados exemplos de golpes militares.

Contudo, em contrapartida aos outros golpes sofridos na região, o golpe sofrido por Zelaya não pode ser considerado um “golpe tradicional”, que se caracteriza por ser gerado no interior das Forças Armadas com o propósito de se instalar um novo governo, geralmente sob o comando dos militares, como afirmam Llanos e Marsteintredet (2010; p. 180).

A Atuação das Forças Armas na destituição de Zelaya assumiu os moldes da ação de um “poder moderador”. Sendo assim, pode-se perceber o golpe como um ato que buscou e resultou no reestabelecimento do status conservador e da continuidade de um sistema político de traços democrático que, segundo diversos autores, são questionáveis.

O golpe de Estado em Honduras recebeu forte condenação da comunidade internacional que, por meio de seus organismos, se negaram a reconhecer o governo de Roberto Micheletti, tomando como ação, a suspensão de créditos e programas de suporte financeiro ao país.

Cabe ressaltar a importância do Governo Brasileiro foi de extrema importância no repúdio ao Golpe de Estado em Honduras, adotando a posição de que a solução para crise deveria passar por um acordo que restituísse o presidente Manuel Zelaya. Fato o qual não aconteceu e levou a embaixada brasileira a acolher Zelaya durante quatro meses, na capital Tegucigalpa.

De acordo com Aleksander Aguilar (2013; p.11), o governo norte-americano, ao se deparar com as iniciativas do governo brasileiro, viu-se forçado a agir e enviou Thomas Shannon, subsecretário de Estado, para América Latina, de forma que ele negociasse um acordo o qual incluía a restituição de Manuel Zelaya a presidência de Honduras.

Ademais, o autor afirma que, “o golpe foi uma resposta da obscura elite hondurenha às medidas que Zelaya implementava, orientada à justiça social e contra a corrupção e privilégio estatal [...]” (AGUILAR, 2013; p.11).

2.4 CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE EM HONDURAS

De acordo com o primeiro relatório da Comissão da Verdade e da Reconciliação de Honduras, o golpe de estado de 2009 teve diversas consequências socioeconômicas, internacionais e políticas. A primeira consequência direta trazida pela Comissão é a



deterioração do sistema bipartidário no país, tendo em vista a crise interna ocorrida no Partido Liberal, a qual abalou a estabilidade história do sistema partidário.

Conforme explica o Doutorando em Pensamento e Análise Política da Universidade Pablo de Olavide da Espanha, Rolando Sierra Fonseca, na realidade, até as eleições gerais de 2013, o bipartidarismo eleitoral persistiu em Honduras. Segundo o autor, a gênese e a história dos partidos políticos como organizações com personalidade jurídica podem ser divididas em quatro momentos.

O primeiro momento trazido pelo autor é o surgimento dos partidos atuais Liberal e Nacional, ocorrido no quadro da chamada reforma liberal e da formação do Estado, entre os anos de 1867 e 1906. Já o segundo momento, ocorre durante a década de setenta, no século XX, e se caracteriza pela crise sociopolítica após o conflito armado com El Salvador em 1969. Neste momento, o Partido da Inovação e Unidade Nacional (PINU) surgiu, bem como o Partido Democrata Cristão de Honduras (PDCH).

O terceiro momento enquadra-se no período democrático construído a partir de 1981, com o surgimento do Partido da Unificação Democrática (PUD). Por fim, o quarto momento, dar-se-á após o Golpe de Estado de 2009, com o surgimento de quatro novos partidos políticos. Com a autorização do Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2012, foram organizados e registrados os quatro partidos: o Partido Anticorrupção (PAC); o Partido da Liberdade e Refundação (LIBRE); o Partido da Aliança Patriótica de Honduras e o Partido da Frente Política Eleitoral Ampla na Resistência (FAPER).

No ano de 2019, há em Honduras, nove partidos com personalidade jurídica, aptos a nomear candidatos para cargos públicos eletivos nacionais em suas diferentes ordens. Ademais, no mesmo ano, foram apresentados pedidos de registro de dez novos partidos, refletindo uma tendência rumo à fragmentação ou pluralização do sistema político no país.

Até o momento das eleições gerais de 2013, o sistema era basicamente bipartidário, mesmo quando havia cinco partidos políticos, dado ao fato de que o Partido Liberal e o Partido Nacional estavam se alternando no poder e ambos os partidos estão ideologicamente localizados no liberalismo, enquanto partidos emergentes tendem a se colocar no espectro social-democrata e social-cristão.

O surgimento de novos partidos trouxe uma nova dinâmica ao processo político em Honduras, tanto na formação do Congresso Nacional, como nos seus debates e formas de legislar. Da mesma forma, produziu mudanças na composição de instituições como o Tribunal Superior Eleitoral e o Cadastro Nacional de Pessoas, com o objetivo de aumentar a transparência dos processos eleitorais.

Não obstante, no que concerne a economia, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Honduras possui uma economia de renda pequena, aberta e média-baixa. No ano de 2017, o PIB per capita do país apereços correntes foi de 2.480 dólares, sendo o terceiro mais baixo na América Latina e no Caribe, superando apenas a Nicarágua e o Haiti. Além disso, o país possui uma pequena cesta de exportação, diversificada e altamente concentrada em bens primários e de pouco valor acrescentado, o que aumenta à flutuações dos preços internacionais (ALMEIDA, PRAT, VARGAS-MORENO E ACEVEDO, 2019, p.1).

O estudo de Eduardo Marques Almeida, Jordi Prat, Juan Carlos Vargas-Moreno e Maria Cecília Acevedo, também sustenta que o desempenho macroeconômico nos últimos 15 anos foi irregular. De acordo com os autores, entre os anos de 2000 e 2008, a economia teve um crescimento médio anual de 5,3%, impulsionado pelo consumo final e pelas exportações e produções têxteis. Entretanto, entre 2008 e 2009 a economia foi afetada pelas crises financeiras e sociopolítica, com repercussões e efeitos negativos sobre o crescimento, a inflação e a finanças públicas.

Entretanto, desde 2014, foi observada a tendência à consolidação fiscal e uma melhoria no desempenho econômico. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, entre os anos de 2000 e 2017, o crescimento econômico médio anual do país foi 3,9% superior ao observado no resto dos países da América Central e da República Dominicana e, 2,6% superior aos demais países da América Latina e o Caribe.

Em contrapartida, a recuperação e a estabilidade do crescimento econômico não foram refletidas em melhorias significativas ao bem-estar da população. Além disso, desde a destituição de Manuel Zelaya, não houve uma redução significativa nos níveis de pobreza no país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, através de uma análise preliminar, buscou compreender a destituição de Manuel Zelaya da presidência de Honduras no ano de 2009, ocorrida através de um Golpe de Estado. A metodologia utilizada para compreender o fenômeno ocorrido em Honduras foi documental e bibliográfica; sendo o universo de estudo formado pela coleta de dados acerca dos acontecimentos pré-golpe, durante o golpe e pós Golpe de Estado.

Preliminarmente buscou-se avaliar e expor as fragilidades existentes no país que culminaram à um golpe de estado, de maneira que foi possível compreender que a formação



econômica-social e política de Honduras foi marcada por uma instabilidade política e uma militarização que constituíram o ato antidemocrático.

Além disso, conforme apresentado, o país continuou sendo uma peça-chave na disputa imperialista por localização estratégica, recursos naturais, mão-de-obra de baixo custo e aplicação de capital excedente. Fator o qual reforça que, desde sua independência, a economia agroexportadora comandada por empresas estrangeiras, foram capazes de influenciar nas decisões políticas, impedindo o desenvolvimento pleno do país.

Não obstante, ressalta-se que, a crise em Honduras tem impactos significativos nos sistemas de prevenção de conflitos, tanto em nível regional quanto hemisférico. Mecanismos sub-regionais, como o Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e o Tratado-Quadro de Segurança Democrática, enfrentam uma sobrecarga de demandas. Da mesma forma, a Carta Democrática Interamericana se revelou um documento sem poder vinculante, pois não consegue servir como uma referência multilateral eficaz para reverter violações da ordem democrática. Dessa forma, a ameaça à democracia em Honduras e em toda a região se manifesta novamente pelo uso das forças armadas como solução para conflitos políticos.

Através do presente estudo, entende-se que, a construção da democracia na América Latina se trata de um processo em andamento, caracterizado por sua natureza inicial e desigual. Dessa forma, compreender esse processo é essencial para assegurar não apenas sua continuidade, mas também seu aprimoramento. Os eventos em Tegucigalpa vão contra a tendência de progresso do continente, uma vez que, trouxeram à tona antigos fantasmas que voltam a assombrar o debate político na região. A forma desinibida com que os defensores de soluções "preventivas" se manifestaram não pode ser atribuída apenas ao fanatismo de conservadores obstinados.

Ademais, a polarização que se espalhou pelo continente teve um forte impacto no cenário político de Honduras. O presidente Manuel Zelaya, que era um defensor da integração do país em iniciativas como a Alba e o Petrocaribe, acabou sendo rotulado de "comunista" e "bolivariano" pela elite local. Essa elite, que tem laços históricos com o capital internacional, especialmente dos Estados Unidos, se formou a partir da chegada de empresas mineradoras e, mais tarde, das plantadoras de banana no século XIX.

Sendo assim, o debate sobre democracia participativa e as funções do Estado, que poderia ter surgido da crise institucional antes do golpe, foi ofuscado por um discurso simplista focado na "luta contra o comunismo". No contexto do século XXI, essa luta se traduz no que chamam de "bolivarianismo chavista".

Além disso, conforme observado, houve um fenômeno inverso: a Comissão de Verdade e Reconciliação falou sobre a "transnacionalização da polarização", mostrando que a crise interna teve repercussões no cenário geopolítico global. Não é surpresa que organismos multilaterais tenham se posicionado rapidamente contra o golpe de Estado, buscando promover o diálogo e a mediação entre as partes envolvidas. Diante de tudo isso, torna-se essencial analisar a crise hondurenha sob uma perspectiva geopolítica.

Os pontos apresentados no presente artigo, reforçam a ideia de que a dependência dos países latino-americanos em países de grande potência é um fator importante para explicar o porquê tantos países do continente sofrem com destituições presidências e atos antidemocráticos. No caso de Honduras, aprofundado no trabalho, a sua dependência aos demais países e principalmente aos Estados Unidos permitiu que a elite obtivesse excedente influência e poder na política de um país que lutou desde os primórdios com uma sociedade extremamente desigual.

Por fim, compreendeu-se que, todas as tentativas de destituir o presidente Manuel Zelaya culminaram no fortalecimento de um Estado neoliberal. Isso se traduziu na eliminação de barreiras que impedissem a exploração de recursos naturais por empresas, tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, foram implementadas medidas legislativas que favoreciam o capital industrial e financeiro, em detrimento do bem-estar da população.

Dessa forma, não restaram dúvidas de que a destituição de Manuel Zelaya da presidência de Honduras se tratou de um golpe de estado, arquitetado pelas elites do país sob a prerrogativa de que o presidente estaria violando a Constituição após a ocorrência do policy switch (giro político) que aproximou Zelaya do ideal mais importante da chamada Democracia, a participação da população. O país sofreu com consequências socioeconômicas e com aumento da desigualdade social após o golpe, possuindo o terceiro PIB per capita mais baixo da América Latina e do Caribe.

Portanto, todos os fatores aqui expostos demonstraram a importância do estudo acerca do tema, de modo que, compreendendo os fatores que envolvem um golpe de estado, é possível identificar e prevenir novas ameaças ao Estado Democrático de Direito.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Dionísio de. Policy Switch e o Efeito dos Desvios de Mandato para a Representação Democrática. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 16, n. 23, p. 140–159, 2018. DOI: 10.12662/2447-6641oj.v16i23.p140-159.2018. Disponível em:



<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/1937>. Acesso em: 11 maio. 2024.

ALMEIDA, E., PRAT, J., VARGASMORENO, J. y ACEVEDO, C. (2019): Honduras: un enfoque territorial para el desarrollo, Tegucigalpa, BID. FONSECA, Rolando. Honduras: Del Golpe de Estado de 2009 a La Crisis Continuada, Fundación Carolina, agosto 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/honduras-un-enfoque-territorial-para-el-desarrollo>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

BARAHONA, Marvin. Honduras en el siglo XX: una síntesis histórica. Tegucigalpa: Guaymuras, 2005.

BOERSNER, Demetrio. Relaciones internacionales de América Latina. Breve História. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

CARDOSO, Silvia Alvarez. Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal. Orientador: Martin León Jacques Ibanez de Novion. 2016. 128 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/42009/Documents/FACULDADE/PBIC/2016_SilviaAlvarezCardoso.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

CHOCANO, Guillermo Molina (2012). “Transición política, modernización económico-institucional y movilización de la sociedad civil en Honduras (1870-2010)”, In: FRASSINETTI, Antonio Murga; CASTELLANOS, Julieta (orgs.). Tres décadas de transición política en Honduras. Tegucigalpa: Editorial Universitaria, 2012, pp 37-82.

Comisión de la Verdad y la Reconciliación, 2011; p. 230.

CUNHA FILHO, C. M.; COELHO, A. L.; PÉREZ FLORES, F. A right-to-left policy switch? An analysis of the Honduran case under Manuel Zelaya. International Political Science Review, v. 34, n. 5, p. 519-542, nov. 2013.

EURAQUE, Darío. “Los Recursos Económicos del Estado Hondureño, 1830-1970.” In: TARACENA, Arturo PIEL, Jean (Orgs). Identidades Nacionales y Estado Moderno en Centroamérica. San José: EDUCA, 1995, pp. 135-150.

LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, L. Ruptura y continuidad: la caída de “Mel” Zelaya en perspectiva comparada. América Latina Hoy, Salamanca, n. 55, p. 173-197, 2010. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/7267/7338>. Acesso em: 20 de março.

REIS, G. S. O Fim da Era das Democracias na América. Breviário de Filosofia Pública, Rio de Janeiro, n. 146, p. 32-47, 23 abr. 2017. Disponível em: <http://estudoshumanos.com/2017/04/23/o-fim-da-era-das-democracias-na-america>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

ROMERO, R. Honduras: la difícil opción democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2014

STOKES, Susan C. What do policy switches tell us about democracy? In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard. (Coord.). Democracy, accountability and representation. New York: Cambridge University Press, 1999.

TAYLOR-ROBINSON, M. M. Honduras: Una mezcla de cambio y continuidad. Revista de Ciencia Política, Santiago (Chile), v. 29, n. 2, p.471-489, 2009.



Contatos: yasmincastilhotaj@gmail.com e alessandro.soares@mackenzie.br